

# MUNICÍPIO QUE EDUCA

## Educar em Todos os Cantos<sup>1</sup>

Paulo Roberto Padilha<sup>2</sup>

Município que Educa é um novo conceito, que acabamos de criar, inspirado num amplo movimento histórico e emancipatório que se fortalece com a Constituição Federal brasileira de 1988, a partir da qual os municípios, instâncias dotadas de personalidade jurídica e que já possuíam certa autonomia administrativa e de serem organizados em órgãos políticos e administrativos, passam também a ter autonomia para criar os seus próprios sistemas municipais. Nas palavras de Moacir Gadotti, a partir desta Constituição Federal o município passa a se constituir “como *espaço real de poder*. [...] que não é mais tratado como mero executor de decisões tomadas em outras instâncias do poder” (Gadotti, 2000b, p. 175)<sup>3</sup>, e deve funcionar em regime de colaboração com Estado e Governo Federal.

*Município que Educa* sugere que toda a municipalidade possa se articular em torno dos princípios da “educação cidadã” e da busca da “cidadania planetária”. Enquanto conceito, podemos dizer que Município que Educa significa a organização de pessoas e instituições a partir da base da comunidade/sociedade, para acompanhar e colaborar com o conjunto da administração e do desenvolvimento local sustentável, caracterizando-se por realizar abordagens multissetoriais com ênfase às ações articuladas, intersetoriais, participativas (democracia direta), representativas (democracia indireta), mas necessariamente **adotando a ação educativa como fio condutor de todas as políticas do município – em andamento ou a serem propostas, desenvolvidas, avaliadas e acompanhadas com o conjunto da municipalidade**. E seu foco é amplo e se volta para a garantia de direitos em toda a municipalidade, com base na observação permanente da gestão pública.

Observamos, ainda, que este conceito nasce da urgência social, cultural, econômica, ética, política e, principalmente, educacional, de articularmos e integrarmos projetos e programas em torno de uma nova arquitetura da gestão pública municipal.

Conforme escreve o professor Ladislau Dowbor,

[...] é interessante constatar que quanto mais se desenvolve a globalização, mais as pessoas estão resgatando o espaço local e buscando melhorar as condições de vida no seu entorno imediato. Na realidade, a nossa cidadania se exerce em diversos níveis, mas é no plano local que a participação pode se expressar de forma mais concreta. A grande diferença, para municípios que tomaram as rédeas do próprio

<sup>1</sup> Os conceitos aqui apresentados foram extraídos, principalmente, de minhas últimas publicações: Município que Educa: nova arquitetura da gestão pública (2009), Educar em Todos os Cantos: por uma educação intertranscultural” (2007), Currículo Intertranscultural: novos itinerários para a educação (2004) e Planejamento dialógico: como elaborar o projeto político-pedagógico da escola (2001; 8 ed.2008).

<sup>2</sup> Mestre e doutor em educação pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. Atual Diretor de Desenvolvimento Institucional do Instituto Paulo Freire, onde trabalha há 15 anos, É coordenador geral do Programa Município que Educa, do mesmo Instituto, e coordenador de formação e pesquisa/ Equipe Brasil - do Programa “Educação para a Cidadania Planetária”- que envolve 5 países (Brasil, Argentina, Espanha, Itália e Portugal). É também pedagogo, bacharel em ciências contábeis e músico.

<sup>3</sup> GADOTTI, Moacir. *Perspectivas atuais da educação*. Porto Alegre: Artmed, 2000. Ver, especialmente, os capítulos 15 e 16, intitulados, respectivamente, “O sistema municipal de educação: estratégias para a sua implantação” e “Da municipalização do ensino ao sistema único e descentralizado de educação básica”.

desenvolvimento, é que em vez de serem objetos passivos do processo de globalização, passaram a direcionar a sua inserção segundo seus interesses. Promover o desenvolvimento local não significa voltar as costas para os processos mais amplos, inclusive planetários: significa utilizar as diversas dimensões territoriais segundo os interesses da comunidade. (2006, p. 2).

Consideramos o município em sua ampla territorialidade, ou seja, não apenas a cidade (a urbes), nem tampouco apenas os setores rurais (o campo), muito menos apenas as periferias das cidades. O interessante é que cada cidadã, cada cidadão possa (re)descobrir os vários espaços e tempos do território onde vive, admirando-o nas suas paisagens, na sua boniteza, como, por exemplo, as suas riquezas e belezas naturais, a cultura local, as praças da cidade, a transparência das águas dos rios, o respeito e o cuidado com as crianças e com as pessoas idosas etc.; mas, também, estranhando-o quando perceber a necessidade de superar desafios e problemas que, há muito tempo, continuam ali sem solução... por exemplo, uma biblioteca sem livros, uma escola depredada, hospitais superlotados, desemprego crescente, violência aumentando, falta de segurança, de infraestrutura local, falta de escolas, de universidades, de perspectivas de vida etc. Como falamos contemporaneamente, trata-se de pensarmos na dimensão “rurbana”, ou seja, na interconexão das problemáticas existentes entre a zona urbana e rural, mesmo reconhecendo a existência de especificidades de cada uma delas. Como também afirma Ladislau Dowbor,

[...] onde havia a divisão nítida entre o “rural” e o “urbano”, aparece o que tem sido chamado de “rurbano”. No território assim constituído as pessoas passam a se identificar como comunidade, a administrar conjuntamente problemas que são comuns [...] a qualidade de vida e o desenvolvimento vão depender cada vez mais da capacidade inteligente de organização das complementaridades, das sinergias no interesse comum. (2006, p. 4)

Por outro lado, como já escrevi anteriormente, vivemos também num mundo educador, que

[...] exige um nível cuidadoso e aprofundado de articulações políticas, sociais, culturais, ambientais e econômicas, visando à conquista de um melhor atendimento da população pelas organizações governamentais, não governamentais e por todas as instituições da sociedade, não se restringindo esse alcance às classes médias ou às elites sociais que, historicamente, são as que consomem todos os “serviços” prestados pelo Estado e pelo mercado e que, por isso mesmo, têm presença nas decisões sobre as questões relacionadas às políticas públicas. (Padilha, 2007, p. 85).

No contexto da efetivação de práticas que se fundamentam no conceito de Município que Educa, faz-se necessário a realização de projetos intersetoriais, intersecretariais e também inter-regionais, que mobilizem as diferentes forças políticas e sociais em âmbitos das comunidades e da sociedade, visando justamente ao alcance dos objetivos de uma educação escolar e não escolar, popular e comunitária.

Referimo-nos também à educação cidadã, que é aquela que implica na construção, no fortalecimento e na ampliação de redes de comunicação, de programas e projetos que busquem articular, organizar e aproximar o conjunto de ações e de experiências educacionais no município. Enfatizamos princípios e valores que fundamentam uma lógica de poder transformadora, libertadora, dialógica, radicalmente democrática, sustentável, inclusiva, conectiva, informativa, comunicativa, plural, intertranscultural (Padilha, 2007) e intertransdisciplinar, fortalecedora do poder local.

Trata-se do **reconhecimento e da potencialização da dimensão educativa das**

**iniciativas municipalistas**, consagrando, processualmente, a educação como eixo de todas as políticas do município. Políticas que aconteçam de acordo com os princípios de uma sociedade mais justa, solidária, combinando democracia representativa (direta) o com democracia participativa (indireta), uma sociedade mais humanizada e mais sustentável, que tenha por referência não apenas a Declaração Universal dos Direitos Humanos mas, também e principalmente, os princípios, diretrizes e compromissos assumidos nos mais recentes Fóruns Internacionais como, por exemplo, os Fóruns Social Mundial que acontecem desde 2001 e os Fóruns Mundiais de Educação, que acontecem desde 2002

### **Fundamentos prático-teóricos do conceito Município que Educa**

Diferentes iniciativas contribuem para fundamentação do Município que Educa. Dentre elas destacamos as experiências da Educação Popular desde os anos sessenta do século 20, dos movimentos sociais na América Latina em reação às ditaduras militares da década de setenta, da Escola Pública Popular que Paulo Freire inaugurou em São Paulo no final da década de oitenta, da Escola Cidadã e do *Movimento da Educação Cidadã* que nasceu também no final da década de oitenta e se fortaleceu até os dias atuais.

Enquanto estudos, vale destacar quatro obras referenciais que nos ajudam a fundamentar teoricamente o conceito de Município que Educa. A primeira delas é o livro intitulado *Introdução ao Planejamento Municipal*, de Ladislau Dowbor (1987), onde se discute a descentralização política e a necessidade do fortalecimento dos municípios com base numa experiência de planejamento educacional bem sucedida, segundo o autor. O segundo trabalho referencial no qual nos apoiamos é o livro *Escola Cidadã: uma aula sobre autonomia da escola* (1992), de Moacir Gadotti, no qual o autor estabelece as bases do que seria este movimento educacional e busca superar a dicotomia escola-comunidade. Este trabalho resulta também dos fecundos diálogos do autor com o professor José Eustáquio Romão, entre outros, que, com ele, sistematizaram os princípios e diretrizes da “Escola Cidadã”.

Um terceiro livro fundamental que utilizamos foi *Educação na Cidade*, de Paulo Freire (1991; 3ed. 1993), que reflete a sua experiência, e a de Mário Sérgio Cortella, à frente da gestão da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo no período de 1989 a 1992. Como grande contribuição, esta publicação apresenta-nos um verdadeiro referencial curricular para a gestão pública educacional, cuja metodologia participativa e inovadora, então utilizada, serviu de referência para inúmeras outras experiências da Escola Pública Popular e da Escola Cidadã, que se multiplicaram pelo país a partir de então.<sup>4</sup>

A quarta obra que tomamos como referência foi o livro organizado por Moacir Gadotti e José Eustáquio Romão (1993), intitulado *Município e Educação*, que procura contribuir com a organização da reflexão e instrumentalização sobre/da educação básica no âmbito municipal. Dirigido a gestores de sistemas municipais de educação, mas também a todos os demais educadores e profissionais vinculados à gestão pública educacional, este livro foi resultado de uma parceria entre o Instituto de Desenvolvimento da Educação (IDEM), criado em 1991 – uma espécie de “braço técnico” da União Nacional de Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME), com o Instituto Paulo Freire, organização não governamental também fundada naquele ano. Este livro muito contribuiu para que diferentes municípios do país pudessem melhor organizar a estrutura e funcionamento dos seus órgãos de educação, bem como os seus Sistemas e Conselhos

<sup>4</sup> A este respeito ver o livro *Perspectivas atuais da educação*, de Moacir Gadotti (Porto Alegre, Artes Médicas, 2000b).

Municipais de Educação, na perspectiva da gestão democrática do Sistema e da sua melhor gestão orçamentária e financeira.

O *Movimento da Escola Cidadã* é referência que também merece destaque. Trata-se de um movimento que desenvolveu novas possibilidades educacionais a partir da experiência da Escola Pública Popular. A Escola Cidadã se consolidou a partir do final da década de oitenta do século 20 e se caracteriza por visar à formação para o exercício da cidadania ativa. Trabalha com a aproximação da escola formal com a educação não formal e com a participação das comunidades, e se caracterizou, mesmo referida às escolas do ensino formal, por ser uma “escola de comunidade, de companheirismo, que vive a experiência tensa da democracia”, nas palavras de Paulo Freire (apud PADILHA, 2001, segunda orelha).

A partir do ano de 2001, o Instituto Paulo Freire (IPF), instituição não governamental fundada em 1991 para dar continuidade ao legado de Paulo Freire, tem promovido e organizado os encontros da Escola Cidadã, dentro do FME. O IPF, então, realizou e coordenou, em 26/10/2001, no contexto do FME, em Porto Alegre, o *I Encontro Nacional das Escolas Cidadãs* (I Enec) – um encontro que visou a fortalecer o *Movimento da Escola Cidadã* como ação propositiva de gestão de política pública educacional, que fosse ao mesmo tempo alternativa à proposta de educação neoliberal e tivesse por referência os princípios da Escola Cidadã<sup>5</sup>. Dentre os objetivos do I Enec enfatizamos o de discutir uma reconversão cultural frente à cultura neoliberal da mercoescola<sup>6</sup>, discutir a identidade e o sentido sociocultural, político e pedagógico da Escola Cidadã. No ano seguinte, continuando aquele movimento, realizou-se o *I Encontro Internacional das Escolas Cidadãs* (I Einec), realizado durante o 2º FSM em Porto Alegre-RS, no período de 31 de janeiro a 05 de fevereiro de 2002, que contou com uma mesa formada por educadores com uma ampla vivência relacionada à experiência da Escola Cidadã, a quem coube analisar os relatos dos vários municípios que apresentaram as suas experiências. O objetivo desse encontro, proposto e coordenado pelo IPF, foi reunir e organizar experiências nacionais e internacionais da Escola Cidadã.

Outra iniciativa também importante na construção do conceito de *Município que Educa* é a experiência das “*Cidades Educadoras*” (Gadotti; Padilha & Cabezado, 2004; Toledo; Flores & Canzatti, 2004), surgida em Barcelona em 1990. Ela congrega cidades cujos governos se vinculam à Associação Internacional das Cidades Educadoras (Aice) e que, a partir da iniciativa e da adesão de seus governantes, passam a se orientar pelos princípios da Carta das Cidades Educadoras<sup>7</sup>. As Cidades Educadoras propõem educar “a cidade”, “na cidade” e “da cidade”. Resgatando esta proposta e associando-a à educação no âmbito de toda a municipalidade, diríamos que devemos “educar o município”, tomando como objeto e sujeito do nosso conhecimento, “educar no município”, considerando o em seu contexto amplo já mencionado e não apenas a sua urbes, ou a cidade, ou as médias e grandes cidades e “educar do município”, significando a necessidade de um amplo levantamento das possibilidades educativas que o município nos oferece para toda a sua população.

Temos, ainda, como referência, a experiência do *Programa Municípios Educadores Sustentáveis*, do Ministério do Meio Ambiente (MMA), proposto pela então ministra Marina Silva, com o objetivo de

[...] formar educadores ambientais para discutir os problemas de sua região, estimular

<sup>5</sup> Ver JORNAL DO FÓRUM MUNDIAL DE EDUCAÇÃO. Porto Alegre: 24 a 27 out. 2001. Disponível em: <<http://www.forummundialdeeducacao.com.br>>

<sup>6</sup> A *mercoescola*, segundo José Clóvis de Azevedo, procura “organizar-se dentro da lógica empresarial voltada às necessidades de mercado [...] onde o currículo é visto como uma estratégia para integrar as novas gerações às demandas do mercado” (1995, p. 30).

<sup>7</sup> Maiores informações: <http://www.edicities.bcn.es>

e apoiar espaços coletivos dos municípios como espaços educadores, que formem cidadãos e cidadãs para a construção cotidiana da sustentabilidade e para a participação na gestão pública, promover ações que propiciem continuamente a Educação dos indivíduos para atuarem/se autoeducarem e contribuir para a educação de outros, na construção de sociedades sustentáveis, estimular e apoiar em cada município a organização das instituições locais e a realização de parcerias para a construção de projetos educativos que conduzam à sustentabilidade, bem como criar indicadores regionais e sistemas de avaliação que permitam o monitoramento dos municípios e a obtenção do “Título Município Educador Sustentável”.<sup>8</sup>

Outra referência bem atual é a iniciativa chamada *Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis*, que deu origem a uma coletânea de publicações como

[...] mais uma contribuição brasileira idealizada pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) e pela Unesco, cujo intuito é estimular práticas e reflexões no campo da educação ambiental, no contexto da Década das Nações Unidas da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (2005-2014). Educação, Desenvolvimento e Sustentabilidade são três prioridades vitais para o pleno viver de uma sociedade sustentável com prudência ecológica, justiça social, diversidade cultural e viabilidade econômica; e encontram-se integradas em uma dimensão articulada e orgânica no contexto da Década. (Brasil, 2007, p. 20)

Influencia também este conceito o *Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global*, criado desde a *Conferência Mundial Eco-92* e que continua sendo discutido, atualizado e aprimorado como resultado do esforço conjunto de vários países, como aconteceu no FME e FSM, em Belém, Pará, de 26/01 a 02/02/2009, quando da realização da *2ª Jornada Internacional de Educação Ambiental*, por iniciativa de diferentes organizações governamentais, não governamentais e de diversos parceiros nacionais e internacionais<sup>9</sup>.

Mesmo que não tenhamos tido maiores aproximações com a experiência das “*Mercocidades*”, vale a pena citá-la, pois é uma rede constituída com prefeitos, alcaides e intendentes municipais dos grandes centros urbanos que participam do Mercosul, desde 1995, cuja tarefa é incentivar o fortalecimento das administrações locais, como contrapartida lógica e natural da globalização – conforme definição que encontramos no site da rede<sup>10</sup>.

Outra fonte importante é

[...] a ideia da *educação para o desenvolvimento local*, que está diretamente vinculada à necessidade de se formar pessoas que amanhã possam participar de forma ativa das iniciativas capazes de transformar o seu entorno, de gerar dinâmicas construtivas [...] Para termos cidadania ativa, temos de ter uma cidadania informada. Isto começa cedo. A Educação não deve servir apenas como trampolim para uma pessoa escapar da sua região: deve dar-lhe os conhecimentos necessários para ajudar a transformá-la. (Dowbor, 2006, p. 1-2).

Ao cuidarmos de forma planejada e estratégica dos problemas da municipalidade, com ênfase à potencialização educativa de suas experiências, e ao estabelecermos como um dos princípios fundamentais que não se deve priorizar apenas as demandas urbanas, mas, também, as necessidades das áreas e populações rurais, das aldeias, dos núcleos populacionais territorialmente menores e mais afastados dos grandes centros urbanos,

<sup>8</sup> Vide: <http://www.mma.gov.br> . Ver também a publicação assinada por Carlos Rodrigues Brandão (2005). Consultar também: <http://www.brasilia.unesco.org/publicacoes/livros/eduambiental>.

<sup>9</sup> Vide: <http://www.tratadodeeducacaoambiental.net>

<sup>10</sup> Vide: <http://www.mercocidades.org>

portanto, das regiões periféricas que, historicamente, não têm sido atendidas nas suas necessidades por conta de prioridades urbanas, centralizadoras e, muitas vezes, de caráter elitista, estaremos fortalecendo e contribuindo para a consolidação das práticas relacionadas ao conceito de Município que Educa.

Para darmos um exemplo ainda mais concreto e atual dos princípios aos quais nos referimos, pessoas, instituições e organizações que se identificarem com este conceito, devem fazê-lo na certeza de que estarão também expressando sua concordância com princípios e planos de “ações coletivas planetárias por uma alternativa ao projeto neoliberal”, firmada na Plataforma Mundial de Educação<sup>11</sup> ao final do V Fórum Mundial de Educação Nairobi (Quênia), em 22 de janeiro de 2007.

Em síntese, podemos afirmar que objetivamos:

- a) fortalecer e potencializar os espaços educativos e formativos das pequenas, médias e grandes municipalidades, integradas e em permanente cooperação e intercâmbio de experiências, criando a possibilidade local da autogestão em redes de colaboração solidária – educacionais, culturais, ambientais, econômicas, étnicas, raciais etc.;
- b) atender, de forma participativa e transparente, as históricas demandas das comunidades municipais – urbanas, rurais, do campo, das periferias, do centro, dos bairros etc. – com o acompanhamento permanente de representantes da sociedade civil e do Estado na elaboração, execução, acompanhamento e avaliação de programas e projetos intersetoriais, inter-regionais e intersecretariais;
- c) potencializar processos participativos relacionados à definição do orçamento público, ao acompanhamento transparente das execuções orçamentárias e à disponibilização de informações atualizadas relacionadas à gestão pública que a todos interessa;
- d) fortalecer o desenvolvimento local, as municipalidades e a interconectividade destes com iniciativas de dimensão planetária, inaugurando e ampliando os intercâmbios dos municípios em nível nacional e internacional;
- e) democratizar os espaços decisórios das instituições públicas locais, principalmente as educacionais, viabilizando a qualidade sociocultural e socioambiental da educação, para todas as pessoas;
- f) respeitar e valorizar as diferentes diferenças e as múltiplas semelhanças, em todas as dimensões da vida social, na definição dos programas e projetos municipais;
- g) sistematizar e avaliar processualmente as experiências, compartilhando-as.

Para alcançarmos os objetivos acima, construindo um Estado democrático e socialmente justo, não se pode eximi-lo de suas responsabilidades. Mas, por outro lado, a sociedade civil também não pode achar que o Estado sozinho construirá a mudança. Para que isso aconteça, é necessário que a democracia e a justiça social estejam presentes na nossa vida cotidiana e que tenhamos clareza em quais espaços nos educamos, com base em quais valores e também com quem contamos.

## **Educar em todos os cantos**

A educação acontece na nossa casa, no trabalho, nas ruas, nas avenidas, nas praças, nas escolas, nas favelas, nas experiências de “conurbação”, nas periferias, nas “áreas de transição” (Bravo, 2007, p. 8), nas regiões urbanas, rurais, no campo, nas comunidades próximas das escolas, no centro, nas organizações governamentais e não governamentais, nos movimentos sociais, nas igrejas, templo, instituições religiosas, sindicatos, clubes, bibliotecas, teatros, equipamentos públicos, nas associações comunitárias e/ou de bairro, nas universidades. Nesse particular, conforme sinopse do livro intitulado *Gestão educacional no contexto da territorialização*,

<sup>11</sup> <http://www.forummundialeducacao.org/article264.html/Acesso> em 08/08/2009.

[...] a formulação de políticas educacionais deverá, também, levar em conta aspectos como a conurbação, que se constitui do encontro entre duas ou mais cidades; a favela, formada pelo conjunto de habitações construídas de forma irregular em locais sem infra-estrutura social básica; a periferia, contorno indicativo da delimitação geográfica, pelo conjunto de bairros distantes do centro urbano de uma cidade, e as áreas de transição, faixas territoriais em que não há homogeneidade na definição dos aspectos sociais, econômicos e culturais. (Bravo, 2007, p. 8)

Temos, no município, os espaços da educação escolar e não escolar, que são potencialmente educativos e que, dependendo da intencionalidade dos sujeitos, educam para o bem-viver, contribuindo para a formação do ser humano integral.

Nessas diferentes instâncias espaciais são vários os *sujeitos* que educam e se educam: além de educadoras e educadores, gestores e gestoras municipais, alunos e alunas, familiares, coordenadores(as) pedagógicos(as) das escolas, funcionários das unidades educacionais, pessoas que participam direta ou indiretamente dos processos de educação formal e não formal, bem como aquelas que, de alguma forma, têm relações de trabalho, de afinidade e de compromissos com o desenvolvimento municipal – a pessoa que atende na cantina da escola, o motorista do transporte escolar, os que atendem nos espaços de vivência de espiritualidade na comunidade, os participantes dos grupos de *hip hop*, de capoeira, de *skate*, dos diversos movimentos sociais que manifestam todas as diversidades culturais presentes na municipalidade, bem como os profissionais e trabalhadores dos equipamentos públicos em geral (do posto de saúde, da biblioteca, do centro esportivo, do teatro municipal) e também os trabalhadores do setor privado (empresas em geral – do comércio, da indústria, da agricultura, de serviços etc).

Quanto aos principais *valores* presentes nessa ação municipal, destacamos o diálogo, a transparência, a sociabilidade, o respeito, a afetividade, a cooperação, a solidariedade, o empreendedorismo participativo, o trabalho coletivo, o compromisso, a ética, a amorosidade, a criatividade, a esperança, a organização democrática, a comunicação, a informação, a integração, e a intersectorialidade. Enfim, o trabalho interativo, participativo e colaborativo.

A *articulação municipal*, na perspectiva da Educação Cidadã e da Cidadania Planetária, enquanto princípios freirianos, fundamentando as políticas públicas, visa ao planejamento estratégico da gestão pública a partir do já referido diálogo. Trata-se da articulação das forças produtivas e criativas da municipalidade. Esta visão estratégica pressupõe o planejamento, a execução, o acompanhamento e a avaliação processual da política municipal.

A força coletiva do *Município que Educa* resultará do somatório representativo e democrático de instituições da sociedade civil e do Estado, incluindo-se aí as organizações não governamentais e o empresariado realmente comprometido com a sociedade e com a responsabilidade social, organizado com interesse em transformar o desenvolvimento local em algo possível, viável e sustentável, na conjunção com as experiências de outros municípios. Em conectividade permanente, o município deve ter vontade política de, por exemplo, mapear todas as necessidades que possui para o seu desenvolvimento e, de forma sistemática e participativa, deve se articular em torno de programas e projetos de curto, médio e longo prazos.

Na conjunção de forças, de desejos, de experiências e de expectativas de gestão pública democrática e participativa, com ações de caráter educacional, pretende-se construir na municipalidade ações coletivas, presenciais e virtuais (via redes pela internet, por exemplo), que viabilizem a cooperação solidária no âmbito do município, entre os municípios de um mesmo país e entre municípios de outras nações. Mas toda essa conectividade acontecendo com base em *diálogos entre pessoas e instituições que compõem a vida municipal*, fortalecidos por um processo educacional intencionalmente

determinado, superador de práticas negadoras de direitos e de esforços conjuntos já existentes, de caráter centralizador, burocrático e verticalizado.

*Município que Educa* traduz, na gestão pública municipal, a indignação e a radicalidade freiriana, que não se contenta nem se cala diante do não-atendimento das demandas das populações, principalmente, das pessoas oprimidas. Estamos preocupados com o efetivo atendimento de demandas locais em íntima conexão com o que se passa no mundo globalizado ou, como preferimos dizer, no mundo planetarizado (alguns preferem mundialização), até para superarmos o viés estritamente econômico já marcado no termo globalização.

Dialoga com o conceito de Município que Educa, a perspectiva de que a educação acontece em todos os cantos – em todos os momentos, em todas os tempos e horas da nossa vida e em todo os espaços em que vivemos e convivemos. Daí também a valorização conjunta da cultura, da ciência, da arte, das tecnologias, das transcendências, da política, enfim, das várias manifestações do conhecimento, do sentir do saber e do fazer da humanidade, acumulado e por vir. Procurar aprender a utilizar as várias linguagens artísticas, as várias formas de expressão simbólica e representativa, material e imaterial, presentes em nossas vidas cotidianas, é uma forma de avançar na direção da construção de uma Educação que compreende o mundo com base nas relações dialógicas que nele se estabelecem e que também podem se dar por *conexões (e/e)*.

Ao pensarmos em toda ação educativa intencional, podemos exercitar os contextos favorecedores do diálogo aprofundado sobre a nossa cultura, sobre as nossas origens, sobre os nossos sonhos, desejos, expectativas e qualidade de vida, de trabalho, de aprendizagens e sobre as nossas visões de mundo. Poderemos então resgatar a capacidade de criticar, de problematizar, de planejar juntos o que será estudado, de entender a relação do que se aprende nos contextos educacionais com as discussões relacionadas à gestão democrática ou compartilhada das instâncias de decisão coletiva na escola ou na comunidade.

Esta reflexão sobre Município que Educa dialoga com o que já temos chamado, experimentalmente, de “Pedagogia Intertranscultural” (Padilha, 2009b), conforme explicaremos a seguir.

A Pedagogia Intertranscultural se refere, necessariamente, aos estudos relacionados às práxis educativas intencionais, escolares e não escolares. Ela pretende contribuir para fundamentar e problematizar programas, projetos e ações que estimulem a realização, em diferentes espaços e tempos, de diálogos interativos e comunicativos entre as aprendizagens que acontecem em todas as modalidades e níveis de ensino. Trata-se de investigar processos educativos que tentam superar as dicotomias que resultam da desinformação, do fundamentalismo de todo tipo, das incertezas ou das certezas absolutas no campo das ciências, das artes, das transcendências, da política. Isso significa caminharmos “entre”, “ao mesmo tempo” e “para além” das históricas visões particularistas ou universalistas que resultam de diferentes interesses de pessoas, grupos e instituições, entre os quais, os econômicos, que, por exemplo, negam sistematicamente o diálogo para enfatizar e tornar único o discurso pedagógico, social, cultural e político, subordinando tudo às leis do mercado.

Estamos defendendo o diálogo crítico como alternativa às construções monoculturais em educação para que sejamos capazes de conviver reconhecendo, respeitando e valorizando as diferenças e as semelhanças culturais, pois ambas são fundamentais e presentes em nossa humanidade, conforme as nossas origens, etnias, histórias individuais e coletivas e de acordo com os contextos locais (global + local), socioculturais, socioambientais, políticos, econômicos – enfim, planetários, em que vivemos.

Nossa perspectiva pedagógica é trabalharmos mais com as conexões (uma coisa

e outra) do que simplesmente com a oposição ou negação (uma coisa **ou** outra) dos vários conhecimentos e saberes e suas respectivas manifestações socioculturais e socioambientais relacionadas ao Sistema Cultural Simbólico (linguagens, artes, ciências humanas, transcendências etc), Associativo (ciências políticas, direito, antropologia, sociologia etc) e Produtivo (ciências naturais, tecnologias etc). Buscamos processos educacionais que promovam a inclusão social, humana, com olhar ecossistêmico e considerando todas as formas e manifestações de vida existentes no planeta. Daí, a necessidade de um currículo da escola que trabalhe *com* e *para além* da multirreferencialidade humana. Daí a necessidade de trabalharmos, igualmente, com novos referenciais da gestão pública, como é o caso do conceito aqui apresentado.

Para fins de uma possível síntese, apresentamos, a seguir, as principais características da Pedagogia Intertranscultural que, afinal, também fundamenta as nossas afirmações de que a educação acontece em todos os cantos e, por conseguinte no município que educa. Nessa direção, é possível e necessário:

- Desenvolver estudos e práticas que tenham como ponto de partida as relações humanas, a cultura das pessoas e as relações destas com todos os ecossistemas.
- Criar espaços e tempos de encontros na escola, na comunidade, no bairro, no “município que educa”, onde o diálogo entre as pessoas é estimulado.
- Realizar a “leitura do mundo” do contexto, problematizando a realidade.
- Refletir sobre os diferentes significados dos múltiplos sentidos do real (para além da realidade, do que se observa objetivamente).
- Promover a tentativa de reconhecimento dos símbolos e das representações culturais, materiais e imateriais, da realidade que nos cerca.
- Vivenciar experiências de aproximações e de afastamentos identitários conforme o grau de comunicação que as nossas linguagens nos permitem.

Esse movimento relacional procura desvelar quais são as visões de mundo e de natureza humana que cada pessoa traz na sua experiência cultural, educacional, social, política e espiritual. E, assim, processualmente, criam-se as possibilidades para o autoconhecimento individual, pessoal, intra, interpessoal e coletivo que todos buscamos.

## Referências

ANTUNES, Ângela. *Leitura do mundo no contexto da planetarização: por uma pedagogia da sustentabilidade*. 2002. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo 2002.

AZEVEDO, José Clóvis de. Educação e neoliberalismo. *Paixão de aprender*: Revista da Secretaria Municipal de Educação de Porto Alegre, Porto Alegre, n. 9, p. 26-39, dez. 1995.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *A educação como cultura*. Campinas: Mercado das Letras, 2002.

\_\_\_\_\_. *Aqui é onde eu moro, aqui nós vivemos*: escritos para conhecer, pensar e praticar o Município Educador Sustentável. Brasília, DF: Ministério do Meio Ambiente. Programa Nacional de Educação Ambiental, 2005.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. *Educação ambiental para sociedades sustentáveis: uma coletânea para pensar e agir*. Brasília, DF: Unesco, 2007. 3 v. Disponível em: <<http://www.brasilia.unesco.org/publicacoes/livros/eduambiental>>. Acesso em 07 abr. 2009.

BRAVO, Ismael. *Gestão educacional no contexto da territorialização*. Campinas: Alínea, 2007.

DOWBOR, Ladislau. *Educação e desenvolvimento local*. São Paulo, 03 abr. 2006. Disponível em: <<http://www.dowbor.org.br>>. Acesso em: 23 jan. 2009.

\_\_\_\_\_. *O mosaico partido: a economia além das equações*. Petrópolis: Vozes, 2000.

\_\_\_\_\_. *Planejamento Municipal*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

- FREIRE, Paulo. *Educação na cidade*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1999.
- \_\_\_\_\_. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1997.
- GADOTTI, Moacir. *Economia solidária como práxis pedagógica*. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009.
- \_\_\_\_\_. *Educar para um outro mundo possível*. São Paulo: Publisher Brasil, 2007.
- \_\_\_\_\_. *Escola cidadã: uma aula sobre a autonomia da escola*. São Paulo: Cortez, 1992.
- \_\_\_\_\_. *Pedagogia da Terra*. São Paulo: Petrópolis, 2000a.
- \_\_\_\_\_. *Perspectivas atuais da educação*. Porto Alegre: Artmed, 2000b.
- \_\_\_\_\_; PADILHA, Paulo Roberto; CABEZUDO, Alicia (Org.). *Cidade Educadora: princípios e experiências*. São Paulo: Cortez/IPF, 2004.
- \_\_\_\_\_; ROMÃO, José Eustáquio (Org.). *Autonomia da escola: princípios e propostas*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1997.
- \_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_. *Município e Educação*. São Paulo: Cortez/IPF; Brasília, DF: Instituto de Desenvolvimento de Educação Municipal, 1993.
- JORNAL DO FÓRUM MUNDIAL DE EDUCAÇÃO. Porto Alegre, 24 a 27 out. 2001. Disponível em: <<http://www.forummundialdeeducacao.com.br>>. Acesso em: 07 abr. 2009.
- LIMA, Licínio C. *Organização escolar e democracia radical: Paulo Freire e a governação democrática da escola pública*. São Paulo: Cortez, 2000.
- PADILHA, Paulo Roberto. *Naturaleza y práctica de la pedagogía: por una pedagogía intertranscultural*. In: Rosa Arizaga, Alejandro Cussiánovich, Nathalia Jaramillo y otros. *Seminário Internacional "Modelos Pedagógicos: pedagogia crítica"*. Lima, IPP, agosto de 2009b. pg. 13-34
- \_\_\_\_\_. *Município que Educa: nova arquitetura da gestão pública*. São Paulo, Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, Caderno de Formação da Educação Cidadã; v. 2., 2009.
- \_\_\_\_\_. *Educar em todos os cantos: reflexões e canções por uma educação intertranscultural*. São Paulo: Cortez/IPF, 2007.
- \_\_\_\_\_. *Currículo Intertranscultural: novos itinerários para a educação*. São Paulo: Cortez/IPF, 2004.
- \_\_\_\_\_. *Planejamento dialógico: como elaborar o projeto político-pedagógico da escola*. São Paulo: Cortez/IPF, 2001.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *O Fórum Social Mundial: manual de uso*. São Paulo: Cortez, 2005.
- TOLEDO, Leslie; FLORES, Maria Luiza R. E.; CANZATTI, Marli (Org.). *Cidade Educadora: a experiência de Porto Alegre*. São Paulo: Cortez/IPF, 2004.

### Sites acessados

- <http://www.brasilia.unesco.org/publicacoes/livros/eduambiental>
- <http://www.cidades.gov.br/planodiretorparticipativo/>
- <http://www.dowbor.org.br>
- <http://www.edicities.bcn.es>
- <http://www.forummundialdeeducacao.com.br>
- <http://www.mercocidades.org>
- <http://www.mma.gov.br>
- <http://www.tratadodeeducacaoambiental.net>
- <http://www.unifreire.org>